Programa do PNR às Europeias 2014

PNR: A ALTERNATIVA NACIONALISTA

1 – Introdução

Nesta hora aziaga para o nosso destino colectivo, só um projecto político de raiz nacionalista pode conduzir-nos do *malogro* ao *milagre*. Como os nossos políticos e governantes vassalos de Bruxelas tão bem sabem, o projecto que defendem não respeita a vontade dos povos europeus, mas sim o interesse das "elites" político-económicas. Razão pela qual tudo é feito pela calada, sem muitas consultas relevantes junto das populações, consultas essas que, de resto, vão sendo progressivamente desvalorizadas. E, quando ganha um "Não" inconveniente, repetem-se essas consultas até a resposta ser um "Sim".

O PNR concorre a estas Eleições Europeias 2014 não por ver utilidade ou esperança nesta União Europeia, mas antes porque estamos inseridos nela, mesmo sem qualquer consulta popular, tornando-se pois fundamental denunciar os seus perigos e apresentar a alternativa nacionalista.

Somos irredutivelmente contra esta União que promove a globalização e o mundialismo (com todo o seu vasto cortejo de nefastas consequências) e identificamo-la mesmo como a principal geradora da profundíssima crise que nos assola.

Esta será a terceira vez em que participaremos neste acto eleitoral, e mais uma vez reafirmamos aquilo que temos vindo a dizer, quando outros levantavam vozes de elogio a este projecto: a União Europeia, as suas políticas e a moeda única prejudicam Portugal.

Afirmávamos isto, com toda a veemência em 2009, e muita gente olhava-nos com desdém como se fôssemos uns pessimistas, meramente do contra e irrealistas. Mas o tempo, cada vez mais, dá-nos razão. A União Europeia evoluiu rapidamente, nos últimos anos, para uma estrutura federal que nos prejudica, não desejamos e repudiamos e que, reafirmamo-lo, ninguém nos perguntou se desejávamos. Foi construída à revelia dos povos, como se pôde comprovar quando se fez aprovar o Tratado de Lisboa pela exclusiva via parlamentar, não se fazendo um referendo em que pudesse participar toda a população. Tomados tais passos, é tempo de pensar na nossa saída da UE.

Com a crise e austeridade insustentáveis, face a uma dívida impossível de ser paga, temos que pensar em sair do Euro.

Ao contrário daqueles que pretendem sistematicamente fazer ajustes e novas experiências, para que depois tudo fique na mesma, nós temos uma visão pós-União Europeia e com estratégia de futuro. Assim, e ao contrário dos partidos do sistema, não queremos navegar à vista e andar a reboque de interesses alheios.

Ao contrário da mentalidade reinante actual, nós afirmamos que a política só servirá efectivamente os povos quando os valores espirituais se sobrepuserem aos valores materiais, e que qualquer entidade que seja meramente orientada para o plano material acabará por ruir como um castelo de cartas, pois faltar-lhe-á sempre a força para conjugar as vontades daqueles que a compõem.

Queremos pois traçar um desígnio nacional que, de forma sintética, expõe as linhas mestras neste programa eleitoral.

2 - Análise da situação actual

O regime que emergiu no 25 de Abril esteve sempre apostado em cortar as nossas ligações com aquele que era o espaço geográfico e histórico-natural para Portugal e enfiar-nos de cabeça numa aventura europeia que se revelou um desastre.

O PNR olha atentamente para as lições da História: nunca um Estado federal com disparidades étnicas e linguísticas funcionou em pleno, a não ser pela força, que rejeitamos. É tempo de aprender, com essas lições, que os diferentes povos, quando se vêem obrigados a partilhar os seus recursos e a perder a sua soberania num mesmo espaço partilhado com outros povos, mais tarde ou mais cedo, em momentos de crise, acabam por sentir-se ameaçados e tentam libertar-se, provocando guerras que por vezes se traduzem em autênticos banhos de sangue (como aconteceu na ex-Jugoslávia). Uma Europa federal, em que um governo central ou alguns países submetem os outros, gera uma desconfiança enorme entre os povos europeus, que não é salutar. Todos desconfiamos daqueles que nos dominam, mas será mais fácil cooperarmos com aqueles que nos respeitam. Os resultados da opção seguida por Portugal estão à vista:

- perda da soberania e da moeda própria
- destruição do tecido produtivo português (frota pesqueira, indústria)
- falta de controlo nas fronteiras
- identidade seriamente ameaçada
- imigração invasora e sem quaisquer mais-valias e, por outro lado, uma sangria emigrante de portugueses
- desemprego real quase nos 20%
- dívida externa muito superior ao PIB e a ultrapassar já os 200 mil milhões de Euros
- corrupção impune
- criminalidade crescente

E muito mais se poderia dizer de um panorama realmente negro, que importa inverter o quanto antes, com coragem e determinação.

Têm que ser punidos todos os responsáveis por este estado de coisas, entre os quais se encontram os que agora falam à boca cheia do retorno aos campos e ao mar, mas assinaram o desmantelamento de todas essas fontes de riqueza.

3 - As principais linhas que nos norteiam

A Independência

Alguém nos perguntou se queríamos, ao entrar na União, abdicar de valores sagrados e transferir para as mãos de federalistas (a quem, jocosamente, preferimos chamar federastas) valores fundamentais de uma Pátria soberana? Não! Tudo nos foi ocultado até supostamente um ponto de não retorno. É tempo, pois, de afirmarmos alto que queremos de volta um Portugal verdadeiramente independente.

Neste Estado federal europeu, Portugal não é mais do que um mero espectador da vida política, não tendo qualquer hipótese de salvaguardar os seus legítimos interesses e de aproveitar assim os seus recursos para salvar o seu povo da miséria em que os interesses alheios o mergulharam. Daqui resulta que uma Europa federal é totalmente contrária à autodeterminação e liberdade dos povos e não passa, no fundo, de uma forma de totalitarismo com máscara benevolente de democracia.

O PNR reafirma bem alto que só há pessoas livres e independentes se os seus países forem livres e independentes na comunidade das nações.

A Moeda

Para além da questão sentimental, em que o Escudo funcionava como símbolo pátrio e como um dos símbolos mais visíveis da nossa soberania, o Euro agravou, de um dia para o outro, o custo de vida dos Portugueses (em muitos casos superando hoje os 100%). Não teria sido possível outro cenário? Claro que sim! Mas uma vez mais, apressadamente, os políticos do sistema quiseram fazer boa figura face a Bruxelas. Os Portugueses e a sua vida não foram preocupação quando tal se decidiu. Cremos que é, pois, tempo de dizer basta. Morto, ou pelo menos moribundo o Euro, símbolo maior destes federalistas, a morte da entidade que lhe deu ser ocorrerá inevitavelmente. Cabe-nos pois preparar cuidadosamente a saída deste logro em que nos meteram e evitarmos assim mal maior no futuro.

A falácia da Moeda Única chegou ao fim e não devemos continuar a aceitá-la, pois conduziu-nos à perda da soberania em termos de política cambial, não comportou quaisquer benefícios para os cidadãos portugueses e revelou-se ao mesmo tempo incapaz de enfrentar o dólar.

A Produção Nacional

Será lícito que governantes pensem que, a troco de betão e alcatrão, além evidentemente de chorudas verbas para os bolsos de tantos, um país deva submeter o seu aparelho produtivo às decisões de terceiros, tantas vezes contrárias aos seus interesses? Como apenas agora começam a perceber (mais uma vez, sempre tivemos razão) os milhões que entraram diariamente com destino duvidoso estão ser pagos com um elevado juro, que todos os Portugueses, infelizmente, bem conhecem.

O PNR não pode aceitar que Bruxelas decida por nós que os outros pesquem nas nossas águas e (depois de destruírem os recursos deles) coloquem em perigo os nossos recursos. O PNR insurge-se assim contra o abate da nossa frota pesqueira e as restrições à nossa agricultura (forçada pela PAC e por Bruxelas). Por isso, temos a frontalidade de dizer que a UE prejudica Portugal. Nós, Portugueses, reclamamos o elementar direito enquanto povo de escolhermos o nosso modo de vida e de protegermos os nossos empregos. Não aceitamos pois que seja Bruxelas a decidir por nós qual será o destino do nosso povo, da nossa agricultura, das nossas pescas e da nossa indústria têxtil. O PNR afirma que, onde não há soberania, não há liberdade.

A Europa das Pátrias

Ao modelo federalista, o PNR propõe como alternativa uma Europa das Pátrias, ou seja, uma aliança entre os diferentes países europeus, livres de estabelecerem acordos entre si e também com outros países de outros continentes. Isto pressupõe uma Europa de Europeus e dos seus Valores. Por tal razão, entendemos, por exemplo, que jamais a Turquia poderá entrar nesta, ou noutra qualquer, União ou Comunidade Europeia, pois a Turquia não é culturalmente europeia e a sua entrada num organismo supranacional europeu só beneficiaria os interesses dos EUA, que o federalismo de Bruxelas tão bem sabe defender. Queremos uma Europa europeia e onde as pátrias tenham voz, e não um monstro federal. Queremos uma Europa onde os valores europeus, próprios do nosso espaço geográfico e civilizacional, possam ser defendidos. Uma Europa, em suma, onde não tenhamos de abdicar de nada do que somos para sermos algo que já nos é inato: sermos Europeus. É pois com alegria que o PNR verifica que há cada vez mais europeus e forças políticas europeias a defender o mesmo modelo de estados soberanos mas cooperantes entre si que aqui propomos.

O PNR é pois a favor de todas as nações europeias. Como tal, é contra o modelo federal que os grandes lóbis e os políticos vassalos de Bruxelas (representados em Portugal pelos partidos do arco do sistema) nos querem impor. O federalismo é um sistema centralista, pesado, burocrático, que suga a liberdade das Nações, obrigando todos os povos europeus a submeter-se a políticas que são contrárias aos seus interesses. Por muito que se diga o contrário, o federalismo europeu é um atentado à liberdade dos povos, porque lhes rouba a sua soberania e a transfere para Bruxelas.

O fim do "Espaço Schengen"

Será lícito que, sem termos sido consultados, nos escancarassem as fronteiras, ao abrigo de objectivos mundialistas e multiculturalistas, deixando a nossa Europa e suas Pátrias à mercê de uma crescente criminalidade e uma progressiva subversão dos seus valores? Conhecemos a resposta da esmagadora maioria dos portugueses, que é também a nossa: Não!

O PNR jamais abandonará a defesa de Portugal e dos Portugueses. Jamais pactuará com tratantes e "federastas" que nos vendem a retalho.

Os políticos portugueses, ao embarcarem irresponsavelmente no barco dos mundialistas que pululam em Bruxelas, e demonstrando face à imigração uma permissividade incompreensível, permitem que toda a miséria do mundo se instale clandestinamente em Portugal, ao arrepio das próprias leis em vigor sobre a matéria. Também neste aspecto, abdicaram das suas responsabilidades na defesa incondicional do bem-estar dos Portugueses.

Com efeito, os clandestinos ou não são expulsos (como a Lei determina) ou são regularizados através de campanhas escandalosas. Ante a pressão dos poderes instituídos em Bruxelas, cada vez mais imigrantes ilegais vão poder instalar-se em Portugal e na Europa. Os grupos de pressão anti-nacionais e os lóbis imigracionistas procuram inculcar na opinião pública o pensamento único de que a vinda de mão-de-obra não qualificada estrangeira é uma "vantagem para nós". Mas que vantagem, num país com um desemprego real a rondar os 20%? Que vantagem, se somos um país pobre? Que vantagem, se estamos em crise e corremos o risco de estarmos a atrair pessoas de fora para virem acabar por cair em situações de pobreza, criando assim um autêntico barril de pólvora social? Na situação actual, abrirmos as portas a trabalhadores estrangeiros é, pura e simplesmente, enganá-los.

O combate à Constituição Europeia

O PNR considera que, num espaço de dimensão continental, apesar dos factores comuns como a partilha dos valores da civilização europeia, são muitas as diferenças entre os povos europeus. A Constituição Europeia jamais será viável uma vez que, para além de indesejável por roubar a soberania dos povos, pretende impor-se às constituições nacionais e concentrar ainda mais soberania nos órgãos europeus, num passo óbvio para um modelo político federal, que de forma alguma é representativo, dada a desigualdade existente entre os Estados.

A Constituição Europeia agrava o fosso que já se verifica entre os vários países membros da UE e coloca os países mais pequenos, como é o caso de Portugal, numa situação totalmente marginal em relação à tomada de decisões e definição de políticas.

Todo este projecto foi desenvolvido à margem dos cidadãos, de acordo com as agendas eurocratas, e sem qualquer consideração pela vontade popular. Para o PNR, a soberania nacional não é negociável, nem

discutível, e recusamos aliená-la, colocando em risco o futuro da soberania (e, desde logo, da liberdade) de Portugal e dos portugueses.

Denunciamos como radicais, fanáticos, totalitários, fundamentalistas e intransigentes aqueles que só admitem um modelo federalista para a Europa, e exigimos uma renegociação dos actuais tratados comunitários por considerarmos que, desde Maastricht, estes têm sido lesivos para nós.

A defesa do ambiente e do desenvolvimento equilibrado

O modelo económico adoptado pela União Europeia, baseado em zonas centrais e zonas periféricas, é causador de profundas clivagens entre os vários países que a compõem, e criou um modelo económico desequilibrado. Desastrosas políticas comuns provocaram nos países periféricos o abandono das zonas rurais e significaram o fim das pequenas e médias explorações agrícolas e pecuárias, utilizadoras de técnicas de cultivo mais saudáveis, porque extensivas.

Passou-se assim a praticar uma agricultura intensiva, que tem um impacto muito mais acentuado no meio ambiente, aliada a um desrespeito profundo pelas condições de vida dos animais, criados de acordo com métodos absolutamente antinaturais e exploratórios para satisfazer os desígnios do "lucro a qualquer preço". E, como uma desgraça nunca vem só, tudo isto coloca obstáculos ao acesso ao mercado por parte dos pequenos e médios empresários agrícolas, que vêem cada vez mais o seu negócio cair nas mãos dos mais poderosos, o que é altamente prejudicial para um desenvolvimento sustentado das regiões e para uma justa distribuição da riqueza.

No actual modelo europeu, os países centrais da União Europeia (Alemanha, França, Itália) exercem uma política económica neo-colonial em relação às zonas periféricas (Portugal, Grécia, Irlanda, Roménia), transformando-as em áreas de serviço, que são na prática gigantescos campos de férias, totalmente virados para a área dos serviços e turismo. Para que tal fosse possível, as políticas económicas comunitárias dos anos 80 e 90 destruíram os tecidos produtivos dos países periféricos. Por outro lado, a abertura das águas territoriais portuguesas a frotas pesqueiras estrangeiras coloca em perigo irreparável os bancos de pesca e os habitats marinhos nacionais. Reclamamos o direito a mandarmos nas nossas águas e exigimos o fim da pesca intensiva e do arrasto descontrolado.

Portugal e a Europa vivem um perigoso espírito de racionalismo iluminista que considera o homem superior à Natureza. Foi este pensamento que conduziu à industrialização e à exploração até à exaustão dos recursos, situações pelas quais podemos apontar o dedo aos Estados comunistas da Europa de Leste e ao capitalismo selvagem em voga no Ocidente. Ora, para o PNR, a produção e o lucro a todo o custo não são aceitáveis se esse custo for colocar em risco a existência do próprio ser humano e da biodiversidade que torna a Natureza num todo orgânico e equilibrado.

O PNR considera pois que não podemos continuar a aceitar a degradação do ambiente e a separação do ser humano em relação ao seu meio natural. Para nós, existe um elo sagrado entre cada Povo e a sua Terra. Por

isso, as gerações presentes não têm o direito de destruir, para seu suposto proveito, aquela que será a fonte de subsistência das futuras gerações, sob risco de as condenarem à morte.

A Defesa da Europa, livre da OTAN

A Europa encontra-se hoje numa encruzilhada em termos de defesa. Poderá manter-se sob a alçada americana ou, finalmente, conseguir a emancipação. Os EUA têm aproveitado, ou mesmo estimulado, as cisões europeias para enraizarem as suas influências no nosso continente, bloqueando todas as propostas de uma organização que libertasse a Europa da OTAN, cuja existência hoje não se justifica e que frequentemente nos arrasta para estratégias geopolíticas perigosas e alheias aos nossos interesses.

Embora rejeite o federalismo europeu, o PNR defende uma estreita cooperação europeia no domínio militar (sem acabar com os exércitos nacionais). Uma verdadeira cooperação e não qualquer situação de directório, ou de supremacia deste ou daquele grupo de Estados. O conjunto de Estados europeus deve trabalhar no sentido do desenvolvimento e criação de uma indústria bélica dissuasora mais activa e de afastamento do eixo comandado pelos EUA, que apenas serve os interesses económicos desse país e mantém a Europa sob a sua alçada.

Quanto a Portugal, tem de assumir sem medos o seu papel na defesa da cultura e valores europeus, hoje ameaçados mais do que nunca pelo mundialismo orientado pelos EUA, pelas migrações africana e asiática e pelo expansionismo islâmico. Portugal deve envidar esforços no sentido de vir a tornar-se um país equiparável aos seus congéneres europeus, particularmente nos campos científico e tecnológico. Uma indústria de defesa nacional saudável é não só fonte de segurança e de receitas, mas também uma importante fonte de emprego para os cidadãos nacionais.

A Questão de Olivença e as ilações a tirar da mesma

Não podendo esta ser, naturalmente, uma questão prioritária num momento em que os Portugueses passam por tantas dificuldades, não pode o PNR, neste seu programa para as Eleições Europeias, deixar de recordar esta questão tão emblemática da demissão do Estado numa das suas principais funções. Num momento em que tanto se fala de violações ao Direito Internacional, não pode o PNR silenciar esta grosseira violação que nos ocupa uma parte do Alentejo. É uma questão de dignidade nacional e uma elementar função do Estado exigir o cumprimento dos Tratados. Connosco, esta questão não ficará silenciada, exigindo-se das instâncias internacionais aquilo que os nossos governantes evitam fazer em nome de amizades e solidariedades que sempre funcionam contra nós. Olivença é um caso que exemplifica bem aquilo que acontece quando governantes traidores não defendem o interesse nacional desde a primeira hora: os portugueses calaram-se com Olivença, e agora Espanha foi mais além e exige o nosso mar em redor das Ilhas Selvagens, tentando assim ficar com uma extensa área da nossa Zona Económica Exclusiva e dos nossos recursos ainda inexplorados.

4 - Nota final

O PNR apela ao voto nestas eleições. Cada vez mais, as decisões que nos dizem respeito são tratadas em Bruxelas, logo é uma falsa questão pensar que estas eleições não nos dizem respeito. Só uma ilação positiva se pode tirar da perspectiva dos abstencionistas: o quão afastados os povos se sentem desta "União" Europeia.

Há que votar PNR, para dar força à alternativa nacionalista, que surge hoje como pensamento político de vanguarda e única opção face aos desvarios perigosos e obsoletos do liberal-capitalismo mundialista e do marxismo. Mas também para mostrar aos vendilhões de ilusões, que hoje falam de agricultura e ontem a desmantelaram, que o nosso povo não esquece e não perdoa aos aldrabões que o conduziram à situação de miséria em que hoje se encontra.

Este regime de corrupção e de ilusões está falido. Demonstra-o a realidade, para aqueles que ainda tinham dúvidas. Ajude-nos com o seu voto a planear um novo futuro e a lançar um novo regime. O PNR conta com os eleitores, para que os Portugueses possam contar connosco para erguer um novo Portugal!